

A cidade dos botequins: comércio, trabalho e lazer na capital paulistana (1900-1910)

MONIQUE FELIX BORIN*

A São Paulo de final do século XIX vivia um processo conflituoso de reestruturação social e espacial. Os múltiplos fluxos de pessoas, gerados pelo fim da escravidão e pela política de incentivo à imigração européia empreendida pelo Governo, gerou grandes impactos na ordenação da vida urbana e nas sociabilidades dos habitantes da capital paulista. Criavam-se novos postos de trabalho na cidade, impulsionado pelo crescimento do comércio cafeeiro e a demanda de serviços trazida pelo trabalho livre. Um dos espaços urbanos que ganhou destaque nas narrativas sobre esse período foram os botequins: espaços de lazer da população trabalhadora e pobre, eram também o lugar de trabalho de muitos recém-integrados a força produtiva. Nessa intersecção, coexistiam comércio, trabalho e lazer dos paulistanos pobres do período.

Nesta comunicação apresentaremos dois pequenos excertos dessas sociabilidades em construção na São Paulo da primeira década de 1900. Vamos analisar dois autos-crimes¹, que retratam conflitos em botequins chefiados por mulheres. Utilizar como fonte o auto-crime é uma opção de estudo que visa observar o fenômeno urbano a partir de múltiplas narrativas acerca de uma mesma situação, já que essa fonte tem muitas particularidades. O auto-crime é parte de um sistema jurídico, por isso as falas

*Assistente Técnico I do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Bacharel e licenciada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

¹Os autos-crime utilizados como fontes neste trabalho seguem a seguinte referência: Arquivo, Ano de abertura do processo e nome do réu. Essa é a única padronização que consta em todos os documentos utilizados nesse estudo, já que pelo precário estado de conservação muitos processos já não possuem folha de rosto e também páginas importantes para obter dados como a delegacia em que o processo foi iniciado. A numeração dos processos pelo Arquivo do Judiciário de São Paulo(ATJSP) não é única: alguns processos têm apenas um número antigo, escrito a lápis na folha de rosto, outros tem apenas um número eletrônico representado por uma etiqueta com código de barras, outros tem os dois, e alguns não apresentam qualquer numeração. Além dessa dificuldade de numeração, esse acervo está em processo de transferência para o Arquivo Público do Estado de São Paulo, como medida para garantir a conservação desses documentos históricos. Assim, eles receberão nova numeração. Por conta de todas essas dificuldades de organização e gestão de documentação, escolhemos apresentar os dados que são possíveis de identificar sempre nos documentos citados, mesmo que sofram modificações na enumeração ou transferência. Os auto-crimes utilizados nesse estudo foram digitalizados pelo grupo de pesquisa “História das mulheres ex-escravas e imigrantes na história social da urbanização de São Paulo”, coordenado pela professor Maria Odila Leite da Silva Dias.

que ali são expostas estão submetidas a uma forma processual e a uma lógica específica. Com isso, as narrativas são apresentadas através de um discurso jurídico, algo em que é necessário ter atenção no caso de nossa análise, já que não nos atentamos ao crime em si, mas sim as sociabilidades que são apresentadas ao longo das investigações.

Assim, o auto-crime se constitui como um tipo de documento onde vários agentes sociais coexistem, desde guardas-civis e delegados, a donas de botequim, crianças pobres, carregadores, chefes de estação de trem, proprietários de imóveis, negociantes, e onde seus discursos são confrontados, conflitos são desnudados. Essas narrativas confrontadas nos permitem perceber um pouco os modos de viver a cidade de cada um desses personagens, e de seus grupos sociais. Discutiremos primeiramente o cenário geral de São Paulo – e os estudos desenvolvidos sobre ela - no momento histórico onde se passam os auto-crimes que apresentaremos.

As perspectivas da cidade

Os conflitos expostos pelos auto-crimes apresentados nesse trabalho tomam uma relevância significativa se enquadrados dentro do seu tempo: as recentes abolição da escravatura e proclamação da república. O significado dessas mudanças estruturais nacionais para a vida urbana foi estudado com profundidade por Sidney Chalhoub, no clássico *Trabalho, Lar e Botequim*. Apesar da diferença evidente das vivências entre a Capital Federal e uma cidade que estava trilhando os primeiros momentos de grande crescimento populacional, a vigilância sobre o lazer e o trabalho das populações pobres é um ponto de confluência, e estava envolto em um processo bem mais amplo:

É, portanto, sobre o antagonismo trabalho assalariado versus capital que se erguerá o regime republicano fundado em 1889, regime este que tinha como seu projeto político mais urgente e importante a transformação do homem livre – fosse ele o imigrante pobre ou o ex-escravo – em trabalhador assalariado. (...) traço continuísta essencial, no entanto, não oculta a complexidade e alcance das transformações sociais que estavam em andamento. Para realizar efetivamente a subsunção do liberto ou do imigrante pobre ao assalariamento, não basta apenas expropriá-lo, pois a expropriação, por si só, poderia apenas conduzir estes agentes sociais a alternativas de sobrevivências outras que não aquelas desejadas pelos donos do capital. (CHALHOUB, 2001:46-47)

Chalhoub nos faz refletir sobre como se deram os mecanismos de controle para fazer com que essa população aceitasse se transformar em trabalhador assalariado, vinculado a um patrão, a uma rotina laboral. E como todos os espaços da vida dessas pessoas se relacionaram com esse processo, especialmente em uma cidade que vinha passando por um reestruturação, vindo tanto de iniciativas do poder público quanto da decorrência do processo acima mencionado.

Na primeira década de 1900, São Paulo contava com 239.820 habitantes, segundo dados da SEADE. Um grande acréscimo populacional em relação ao recenseamento realizado em 1890, onde foram contabilizados cerca de 65 mil habitantes. Foi no ano de 1900 que se instalou na cidade a primeira fábrica do importante industrial Francisco Matarazzo, sendo seguida por outras fábricas de bebidas, tecidos e outros itens que se espalharam pelas várzeas da cidade. Em 1894 havia sido promulgado o Código Sanitário, que estabelecia normas para a ordenação de parte da cidade, especialmente de tudo que preocupava os higienistas, como as habitações coletivas, as ruas estreitas, normas para construção de novas edificações, e também espaços de consumo como restaurantes e botequins. Apesar de não ter sua aplicação de forma total na cidade, mostrava o desejo de controle, ordenamento e saneamento da cidade, trazendo um paralelo com os pontos de observação dessa nova realidade pós-abolição trazida por Chalhoub. Outro aspecto a se atentar é a estrutura de circulação de mercadorias e pessoas desenvolvida naquele momento na cidade, que se apresentava como uma das mais desenvolvidas do país: o trem que ligava a cidade à capital federal, que teve sua construção iniciada em 1873, inaugurava a Estação do Norte em 1877, abrindo um novo espaço para habitação na cidade; a importante linha Sorocabana foi inaugurada em 1875; a estrada de ferro Santos-Jundiaí fora inaugurada em 1867; em 1893 foi inaugurado o trem da Cantareira e em 1894 seus trilhos chegaram ao Pari; por fim, em 1900, chegaram os bondes elétricos a cidade, que facilitaram a locomoção de parte de sua população que morava distante do então centro da cidade(SEGAWA,2004).

Entendemos que o momento peculiar trazido por esse quadro reforça a necessidade de enxergar esses agentes sociais articulando seus espaços de trabalho, de lazer, de sociabilidade, assim podendo verificar as disputas, as frestas, as discontinuidades do enquadramento do homem livre em trabalhador assalariado.

Cidade Dual

As representações construídas sobre a cidade mudaram ao longo do tempo, e de certa forma a historiografia acompanhou esse movimento. As caracterizações do espaço urbano paulistano se estabeleceu como um objeto de estudo de grande importância para uma geração de historiadores, que se preocuparam em levantar dados para reconstituir a cidade em seus diversos períodos históricos. Entretanto, cenários macros da cidade foram construídos de tal forma que criaram algumas distorções no entendimento do espaço urbano de então. Ao desenvolver a pesquisa, entendemos que delinear contornos gerais da cidade foi fundamental para avançarmos em nossos estudos, mas acabou por criar certas dificuldades de análise, como a segmentação total desse espaço urbano.

No caso de São Paulo, verificamos uma dada preponderância de estudos que observam São Paulo na virada do século XIX para o XX como uma cidade dual: a cidade teria seu território dividida entre ricos e pobres, e os temas recorrentes de estudo eram o trabalho, os negócios e o desenvolvimento industrial da cidade, o que acabava por envolver – no campo do trabalho, esses dois segmentos da cidade. No entanto, sobre os ricos da cidade foram desenvolvidos estudos que apontavam aspectos de sua sociabilidade totalmente desvinculada da vida laboral. Essa concepção está expressa em uma citação de um artigo de Maria Célia Paoli:

Durante a Segunda Guerra Mundial, Fiorello La Guardia, prefeito de Nova York, veio a São Paulo. Levaram-no ao prédio Martinelli, então o mais alto da cidade, símbolo da sua modernidade e progresso. Lá no topo, olhando a cidade, La Guardia a teria entendido: “Daquella parte si lavora”, disse, olhando para o Brás, Mooca, Belenzinho; “Da questr’alta si mangia”, referindo-se ao Centro, Consolação e Paulista(PAOLI, 1991: 27)

O entendimento que o prefeito de Nova York teve sobre a cidade era, no entanto, só uma das representações construídas sobre aquele espaço urbano. A criação da imagem da cidade dual – que aborda a análise da população pobre principalmente através do prisma do trabalho – tem dois fatores de criação e consolidação: o primeiro deve-se à maneira como essa visão foi construída na sociedade, e o segundo diz respeito aos fatores que levaram essa visão a ser utilizada pela produção acadêmica. Apoiar-nos em dois estudos que auxiliam a entender os mecanismos de como essa visão foi criada em cada um desses espaços.

Maria Luiza Ferreira de Oliveira, em estudo sobre as camadas médias - ou a população “remediada” - da cidade de São Paulo na segunda metade do século XIX, aponta como era um projeto da própria elite da cidade a projeção de uma cidade dividida. Isso se evidencia em disputas em torno de projetos de urbanização para a região da várzea do Carmo, que se deram entre a construção de um parque ou o aterramento da região para construção de diversas casas. A proposta de construção do parque saiu vencedora:

Parece que estava ocorrendo um conflito quanto à representação da cidade. (...)O passado devia ser saneado, os pobres tirados de lá [da várzea do Carmo], para fazer um parque, e, assim, manter a ilusão de alguma natureza, manter a ilusão de ausência de conflito. E também manter o limite e a divisão com o Brás, o que talvez fosse o ponto essencial, porque o outro projeto perdedor implicava estabelecer uma continuidade, unir as regiões definitivamente por um mar de casas. (...) A região do Carmo ficaria, no máximo, representando o lado fabril da cidade, o trabalho e o progresso, sintetizado no Palácio das Indústrias ali construído. Seria esse o sentido vencedor para a região(OLIVEIRA,2005: 48).

Estabelecer um limite físico com o Brás garantiria a visão da cidade dividida, mantida longe da influência do meio fabril – e de seus operários pobres. Fica claro que estava em curso uma disputa para criar um tipo de representação da capital paulistana por uma parte da elite local. Entretanto, no próprio estudo de Maria Luiza Ferreira de Oliveira, são diversos os momentos em que as diferentes classes se cruzam pela cidade, seja as elites se dirigindo às regiões de várzea, seja em equipamentos urbanos nas partes mais centrais da cidade. O que evidencia que criar projetos simbólicos que atendiam a uma determinada representação da cidade buscava apenas mascarar uma outra realidade vivida nela, e não lograram efetivar essa divisão da cidade concretamente.

No campo dos estudos acadêmicos, a representação da cidade dual teve vários fatores para sua elaboração e foi influenciada por uma tradição da produção acadêmica sobre as cidades, a industrialização e a urbanização. Esta tradição perpassou diversas áreas de estudo, como a geografia, a sociologia e a história, e que peca por não avaliar o fenômeno urbano em toda a sua dimensão. Lefebvre apontava, já em 1971, claramente essa situação:

Pode-se dizer que a sociedade industrial acarreta a urbanização. Essa constatação e essa fórmula tornaram-se banalidades. Todavia, é menos banal perguntar se as conseqüências do processo, ou seja, a urbanização,

não se tornam rapidamente mais importantes que sua causa inicial: a industrialização. A tese aqui apresentada é que a problemática urbana desloca e modifica profundamente a problemática originada do processo de industrialização. Enquanto a maioria dos teóricos e também dos “práticos” que procedem de maneira empírica consideram ainda a urbanização como uma consequência exterior e menor, quase acidental, do processo de industrialização, nós afirmamos o inverso. Nesse processo de duplo aspecto ocorre algo muito importante, em termos clássicos: um salto qualitativo. O crescimento quantitativo da produção produziu um fenômeno qualitativo que se traduz, ele próprio, por uma problemática nova: a problemática urbana. É essencial dela tomar consciência e conhecimento para não perpetuar um erro teórico e prático; erro que consiste em pretender derivar da racionalidade empresarial, experiência da industrialização, modelos e esquemas aplicáveis a realidade urbana em formação(LEFEBVRE, 2008: 80-81).

A dimensão apresentada por Lefebvre pode ser aplicada perfeitamente aos estudos sobre a formação urbana paulistana: a centralidade do processo de industrialização é patente em toda uma geração de estudos sobre a cidade, enxergando a urbanização como consequência desse processo, e sempre a ele subordinada. A fábrica, suas relações, suas movimentações econômicas e influências na vida social e no espaço urbano é o tom geral das pesquisas realizadas sobre São Paulo entre os anos de 1890 e 1940. Os pequenos fragmentos do cotidiano das populações pobres paulistanas apresentados nesse texto, e em vários estudos historiográficos voltados à história social, evidenciam, no entanto, que a vivência da urbanidade logo superou a industrialização, não sendo apenas significada pelas implicações que as fábricas trouxeram a esse espaço urbano em formação. Pelo contrário, a ordenação da cidade não ficou restrita às influências da racionalidade empresarial, sendo movidas por diversos elementos, tais como os setores de movimentação financeira – como os loteadores de terrenos, os especuladores imobiliários, os empresários de transportes, e mesmo as próprias populações pobres que desenhavam outros usos dos espaços da cidade, como os próprios botequins. Construiu-se um quadro mais complexo da relação das pessoas com esse espaço, revelando a multiplicidade e a complexidade da experiência urbanizadora.

Nesse estudo, buscamos apontar como as vivências fora do mundo laboral ilustram o salto da experiência urbanizadora, como ela ocorre fora do controle da racionalidade construída com a industrialização.

Conflitos na cidade

A investigação sobre duas mulheres trazidas à tona por um auto-crime do ano de 1909 pode dar um pouco mais de materialidade a esse processo por qual passava a cidade. Essas mulheres foram parar na polícia devido a uma briga que se iniciou por volta das onze horas da noite, no dia 3 de novembro de 1909, uma quarta-feira, em um botequim localizado na Rua do Seminário – nas proximidades da República e Santa Ifigênia. Maria Pignoli, de 48 anos, viúva, francesa, dona do botequim em que aconteceu a briga, prestava queixa por ter sido agredida por Athanasia Sabina e Ricardo Fernandes, que estavam em seu botequim, como aponta em sua declaração a polícia: “cerca de onze horas da noite achavam-se em seu botequim diversas pessoas bebendo e jaz, digo, dançando e entre essas pessoas estavam seus agressores Sabina de Tal e Ricardo.”(ATJSP,1909 – Athanasia Francisca e Ricardo Fernandes).

Maria relata que Ricardo pediu para usar o banheiro de seu quarto, já que não queria passar pela varanda onde estava Athanasia, pois eram amasiados e ela estaria brava com Ricardo. A queixosa notou, após a utilização de seu banheiro, o desaparecimento de 40 mil réis que se encontrava em uma valise sobre o lavatório, em notas miúdas que serviam para troco. Ricardo ao voltar ao bar foi por ela acusado de ter roubado a quantia; nesse momento Athanasia a teria agredido com pontapés e tapas, ajudada por Ricardo, que deu uma cacetada na cabeça da dona do estabelecimento. Como testemunhas da agressão, Maria apresentou os nomes de Josephina Fabri e Maria Müller; porém, no decorrer da investigação, só homens foram convocados para testemunhar, excetuando-se a queixosa e a ré. As testemunhas, no total 6 homens, provinham de diferentes cantos da cidade, alguns residentes a rua do Carmo, outros a rua Barra Funda, e poucos moravam próximos do botequim em que ocorreu a discussão. Havia italianos, portugueses e brasileiros entre as testemunhas, e o réu Ricardo Fernandes era espanhol – apesar de em um primeiro momento do processo ter se declarado italiano. Ricardo tinha 33 anos, era solteiro, e vivia na rua Voluntários da Pátria. Athanasia Sabina tinha 32 anos, era solteira, e também declarou residir na rua Voluntários da Pátria. Os dois, que haviam sido detidos em flagrante, foram soltos sob a fiança de dois comerciantes, um estabelecido na rua São João e o outro na rua do

Carmo. No decorrer do processo apenas Ricardo foi indiciado, e acabou por ser absolvido pelo júri.

Esse auto-crime possibilita inferir a convivência de mulheres no espaço do botequim, como donas e clientes, agentes de relações de lazer, de conflito e do fazer da urbanidade pelas sociabilidades vivenciadas em locais como os botequins. Seria esse um espaço feminino conquistado, preenchido de tensões, mediações, acordos – o que essas mulheres vivenciaram de fato(DIAS,1995:50). Uma outra cidade se apresenta, com um espaço de lazer funcionando até tão tarde em um dia de semana, onde mulheres solteiras e viúvas convivem com homens fora da proteção de casa, em meio a bebidas e danças. O estranhamento que essa informação possa causar é de certa forma desmontada pelo depoimento da própria Athanasia, que declarava sem constrangimento estar no bar desacompanhada naquele horário, mas insiste em qualificar Ricardo como um amigo, quando todas as outras declarações os apontam como amásios. Também podemos ver no auto-crime a convivência entre distintas classes: entre as testemunhas havia desde um construtor residente na conhecida região do triângulo paulistano a um caseiro, que morava na rua Travessa do Hospício.

No bairro da Barra Funda encontramos outro negócio chefiado por uma mulher: Theresa era italiana, e tinha uma venda na Rua do Bosque, onde os carroceiros que trabalhavam na Estação da Barra Funda se encontravam nos momentos de descanso nos seus turnos e após o trabalho. Fartas referências ao estabelecimento da italiana constam no auto-crime aberto contra João Cláudio(ATJSP, 1909 – João Claudio), em novembro de 1909, que foi preso em flagrante por agressão contra cabos da guarda-civil. João estava junto a um companheiro que tinha um desentendimento com outro carroceiro da Barra Funda, de nome José Marcelino, a quem tentou agredir com faca ao encontrá-lo na venda de Theresa. No entanto, este conseguiu evadir-se pelos fundos da venda, sendo que João não obteve consentimento da dona para adentrar o estabelecimento. João, bastante embriagado, foi abordado pelo cabo Benedicto Antônio, e então o agrediu com facadas e golpes, como rasteiras. As agressões continuaram mesmo com reforços de outros cabos para conter a situação e acudir o companheiro de trabalho, sendo necessários cinco policiais para conseguir imobilizá-lo e conduzi-lo até a delegacia.

João Cláudio tinha 28 anos, era casado, negro e declarou ser natural de Campinas e que não sabia ler ou escrever. Respondeu o processo de agressão em

liberdade, apesar da gravidade das agressões. Sua fiança foi paga pelos senhores Ciro Fasoni e João Namur, proprietários respectivamente nas ruas Lopes Chaves e Barra Funda. As testemunhas desse auto-crime eram todos homens, excetuando-se a própria Theresa, dona da venda. Além dos guardas que prenderam João, os outros depoentes eram fregueses da venda, em sua totalidade carroceiros, com idades entre 20 e 35 anos, analfabetos, residentes na Barra Funda. Outro traço que chama atenção nesse processo é a forma abrupta como é encerrado, e o fato de João não ter sido mais convidado a depor nenhuma vez após sua prisão, já que seu depoimento inicial era bastante restrito. Na maior parte dos depoimentos era citado que a desavença que deu origem a briga na venda era, na verdade, entre os carroceiros Henrique Cruz e José Marcelino (o agredido), no entanto Henrique Cruz tampouco foi convocado a depor.

Esse auto-crime traz uma série de questionamentos sobre essa sociabilidade traçada por carroceiros em uma venda, que envolvem os trabalhadores da estação da Barra Funda, as mulheres que trabalhavam nesses estabelecimentos, e mesmo os demais moradores da região. Afinal, João Cláudio, era negro, carroceiro, não sabia ler ou escrever, e estabeleceu algum vínculo com os senhores que o afiançaram, ambos proprietários e declarados negociantes. As relações que essas pessoas travaram, as influências desses locais de lazer nos seus cotidianos, a vivência de pessoas de vários estratos sociais fornecem a visão de uma Barra Funda dinâmica, com as ruas habitadas pelas pessoas, por suas histórias, suas tramas. O que buscamos identificar em processos como esse é justamente a vivência específica, dar contornos mais claros às explicações gerais de sociabilidades, como no caso do estudo de Liana Salvia Trindade sobre os negros em São Paulo no período pós-abolicionista: a autora afirma que, nos bairros operários, negros e imigrantes europeus não se misturavam, apesar de alguns momentos de sociabilidade, não se efetivavam laços de amizade, mesmo os dois vivendo nas condições mais precárias oferecidas pela cidade, o racismo permanecia como uma barreira entre eles (TRINDADE, 2004).

Os carroceiros da estação Barra Funda eram italianos, espanhóis, brasileiros negros e brancos, e uma parte expressiva tinha a venda de Theresa como ponto de reunião no período discutido por esse estudo. Fica claro que havia uma diferença no tratamento dado pela dona do estabelecimento – e até da própria polícia – a João Cláudio, provavelmente pelo fato de ser negro – aspecto muito destacado nos

depoimentos do auto-crime – no entanto havia ali um espaço de encontro, de sociabilidade, que não parecia ser efêmero, tanto que eles criam laços para além daquele espaço: alianças com o encarregado da estação da Barra Funda por parte de uns, amizade com proprietários locais da outra parte. A Barra Funda certamente tinha seus conflitos entre negros e imigrantes, e entre os próprios imigrantes. Entretanto, acreditamos que estudar as dimensões efetivamente vividas desses conflitos pode nos revelar, inclusive, os momentos em que os conflitos se tornaram confluências, o que também nos parece fundamental para a investigação da vida dessas pessoas.

O que as vivências desses personagens nos trazem é justamente vislumbrar as ações reais desses indivíduos na cidade, e não somente o que se poderia esperar deles. Em muitos processos semelhantes ao que foram expostos nessa comunicação, os botequins, além de servirem como o espaço de lazer e trabalho, também tem seus fundos como moradia para os trabalhadores – mesmo quando estes não eram os donos do estabelecimento. As dinâmicas impostas pela grande circulação de pessoas, de distintas classes e gêneros, surgem através dos conflitos documentados por esses autos-crimes, que muitas vezes nos dão pistas de como foi se construindo as modificações no espaço urbano. É o caso do bairro da Barra Funda, que mostra uma efervescência de sociabilidades, além de uma dinâmica bastante particular de ocupação do solo, tendo mesclado negociantes, carroceiros e ex-escravos habitando casas na mesma rua. Os botequins ilustram de certa forma um padrão de consumo das classes populares, e possibilitavam a interação de pessoas de diversas partes da cidade. Concluindo, percebemos que todos esses elementos possibilitam entrever que esses espaços de lazer contribuíram nessa reelaboração do espaço urbano paulistano.

Bibliografia

BARBUY, Heloisa. **A cidade exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914**. São Paulo: EDUSP, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. *Sociabilidades sem História: votantes pobres do Império, 1824-1881*. In: FREITAS, Marcos Cézár, org. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001.

FREHSE, Fraya. **O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império**. São Paulo: EDUSP, 2005.

LEFEBVRE, Henry. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2008.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LE PETIT, Bernard. **Por uma Nova História Urbana**. Seleção de textos, revisão crítica e apresentação: Heliana Angotti Salgueiro. São Paulo: Edusp, 2001.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Entre a Casa e o Armazém**. São Paulo: Alameda, 2005.

PAOLI, Maria Célia. “*São Paulo operária e suas imagens (1900-1940)*” IN: **Espaço e Debates**, nº33, 1991.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1940)**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1994.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. “*Política e poder público na cidade de São Paulo: 1889-1954*”. IN: Vários Autores. **História da cidade de São Paulo**. São Paulo: Ed. Paz e Terra e Petrobrás, 2004.

RAGO, Margareth. “*A invenção do cotidiano na metrópole*”. IN: Vários Autores. **História da cidade de São Paulo**. São Paulo: Ed. Paz e Terra e Petrobrás, 2004.

_____. **Os Prazeres da Noite - Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2001.

SAVAGE, Mike. “*Classe e história do trabalho*”. IN: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (ORG). **Culturas de Classe**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.

SWAIN, Tania Navarro. “*Mulheres, sujeitos políticos: que diferença é esta?*” IN: SWAIN, Tania Navarro; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **Mulheres em Ação: práticas discursivas, práticas políticas**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: Ed. PUCMINAS, 2005.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRINDADE, Liana Salvia. “*O negro em São Paulo no período pós-abolicionista*”. IN: Vários Autores. **História da cidade de São Paulo (1889 – 1940)**. São Paulo: Ed. Paz e Terra e Petrobrás, 2004.